



Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense



Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Secretaria de Estado de Cultura - RJ



Parceria:



denominação
Fazenda Monte Alegre

código
AII-F14-BP

localização
Rodovia BR 393 (Lúcio Meira), km 247

município
Barra do Pirai

época de construção
século XIX

estado de conservação
detalhamento no corpo da ficha

uso atual / original
criação gado de corte / fazenda de café

proteção existente / proposta
nenhuma

proprietário
particular



Fazenda do Monte Alegre

coordenador / data
equipe
histórico

Annibal Affonso Magalhães da Silva – fev 2009
Rita de Fátima Machado Vilela e Annibal Affonso
Adriano Novaes

revisão
Coordenação técnica
do projeto



situação



ambiência

A Fazenda Monte Alegre tem seu acesso principal pela BR-393 (Rodovia Lúcio Meira), no km 247, entre Barra do Pirai e Vassouras, após o 10º BPM (Batalhão da Polícia Militar) e poucos metros antes da Ponte São Roque, que cruza o Rio Paraíba do Sul. A entrada fica à esquerda de quem vem de Barra do Pirai e por meio dela chega-se também ao Hotel Fazenda Ribeirão, situado no primeiro quilômetro. O caminho até a sede da fazenda Monte Alegre estende-se por cerca de seis quilômetros em leito de terra em meio a uma paisagem formada pelos típicos morros meia laranja.

Na metade do caminho, antes da chegada, avista-se o Rio Paraíba do Sul passando bem próximo e quase no mesmo nível da estrada. Logo depois, o trajeto dobra à esquerda, perpendicularmente ao Rio Paraíba, e a visão passa a ser atraída para os cumes florestados ao fundo dessa paisagem. Em certo momento, o complexo da fazenda também desponta (f01), com os morros de pastagens em primeiro plano e a Serra da Concórdia fechando o cenário. Um desses cumes atrai mais a atenção que os demais – uma massa de pedra com um formato pontiagudo – possivelmente a origem do nome da propriedade (f02).

O conjunto da fazenda é cercado por um muro (f03), avistando-se, ao transpassar sua portada, um terreno retangular todo plano, de grandes dimensões, escorado à esquerda nos morros voltados para a Serra da Concórdia. Seu entorno é uma região úmida, coberta por uma área brejosa em ambas as laterais. A água existe em abundância e o córrego, à direita, origina-se do alto da serra.

A parte central do terreno é tomada de ponta a ponta por uma imensa área, adaptada para a cultura leiteira. Uma cerca de madeira delimita parte deste descampado, usado pelo gado (f04).



01



02



03



04

À sua frente existe um açude (f05) e, sob seu gramado, aflora, em vários pontos, um piso de pedra (f06), principalmente à direita, nas proximidades do bloco longitudinal remanescente (f07). Este bloco foi seccionado em ambas as extremidades – como se percebe pelas pedras da base no chão e nas empenas de sua cobertura (f08 e f09).



05



06



07



08



09

Está subdividido em três partes: próximo à entrada encontra-se subutilizado e possui um alto grau de autenticidade em relação a técnica construtiva e aos detalhes arquitetônicos (f10). Na parte central foi adaptada a residência, com uma piscina a frente (f11). A parte de fundos serve de curral para o gado leiteiro (f12).

Na outra extremidade do terreno, chama atenção as diversas pedras lavradas dispersas, bem como o afloramento de ruínas – fragmentos de um outro bloco longitudinal que provavelmente fechava toda a lateral esquerda (f13). Quase toda a linha de baldrames de sua fundação está visível e vai de encontro ao muro frontal. Próximo ao centro foram localizadas outras ruínas e um fosso – possivelmente para abrigar a roda d'água do engenho (f14). Deste antigo bloco restou uma pequena parte, adaptada como casa de colonos (f15).



10



11



12



13



14



15

Aos fundos, ele mudava de direção em 90°, terminando numa construção, hoje arruinada, toda de pedra, com uma divisão interna e resistência para suportar mais um pavimento (f16).

Pelas evidências encontradas, o conjunto das edificações possuía uma implantação semelhante a um retângulo, compondo o quadrilátero funcional, formado pela murada de frente e pelos dois blocos laterais paralelos, que seguiam da portada até a divisa de fundos, onde o da esquerda dobrava em “L”. A unidade de produção da fazenda devia estar contida nesses blocos: engenho, tulha, armazéns, senzalas e tudo o mais, voltando-se para o pátio central, onde se trabalhava o café colhido.

Não foi possível comprovar onde teria sido o local da casa-sede primitiva. Aventa-se a possibilidade de que, devido ao sistema construtivo mais rebuscado e por estar instalada num local que propicia excelente visão do conjunto, esta ruína possa ter sido parte do que restou da casa-sede (f17).

As pedras soltas aos fundos (f18), aparentam ser sobras de construção. Segundo um dos filhos do proprietário, o cemitério ainda existe, mas fica agora numa área vizinha.



16



17



18

A construção remanescente do antigo complexo encontra-se edificada sobre base de pedra, configurando um porão baixo cuja declividade do terreno torna-o algo mais alto em alguns trechos, como os voltados para o córrego e para a área brejosa. Está estruturada por pilares, vigas e madres em madeira e utiliza alvenaria de tijolo maciço com dimensões superiores aos padrões atuais (cerca de 40 x 20 x 05cm) tanto para vedação quanto na sustentação. A trama estrutural é modulada por meio de pilares embutidos nas paredes externas com distância entre eixos de cerca de 5 m (f19). Internamente encontram-se paredes fechadas tanto por esses tijolos quanto por alvenaria de pau a pique (f20 e f21).

A volumetria prima pela longitudinalidade desenvolvendo-se em pavimento térreo, marcado pela seqüência dos pilares e pelas aberturas das portas e janelas. A segmentação do bloco em três partes compromete sua leitura arquitetônica, principalmente na área central, onde a varanda, apesar de manter a mesma altura e inclinação, rompeu o alinhamento da cobertura (f22).



19



20



21



22

Boa parte da cobertura ainda possui a tradicional telha de capa e bica, característica do período de construção, com o ripamento e os caibros em tronco de palmito e o beiral encachorrado (f23 à f25).

O terço inicial do bloco tem um grau de autenticidade maior, tanto em relação ao sistema construtivo quanto aos seus elementos arquitetônicos. As portas maiores são encimadas por aberturas em grades de madeira (f26) e um dos vãos é mais largo que os demais, ao que parece, adaptado para guardar veículos agrícolas (f27). Grande parte de seus espaços está subutilizado e necessita de reparos. Não foi possível ter acesso a todos os ambientes devido à sua condição precária, porém, pelas suas características, tudo indica que teria sido o local das senzalas, conforme revelam as aberturas em grades sobre as portas (f28) e as próprias divisões internas (f29), como o corredor existente à sua frente que protegia e ambientava os moradores para o clima externo. Sua implantação próxima ao córrego também favorecia a descarga dos efluentes sanitários.

As portas externas possuem acesso por rampas de pedras (f30), à medida que se avança para o centro do bloco, a largura dessas portas vai diminuindo e o acesso é substituído por escadas com lances frontais (f31). Neste trecho central fica a atual residência, identificada pela cobertura de telhas de fibrocimento e pela varanda – para proteção ao sol poente que adentrava na casa –, acessada por uma escada que a nivela ao piso da casa (f32).

As cinco portas na fachada principal – de madeira cega de abrir em folhas duplas – devem fazer parte da conformação original, com escadaria individual de lances laterais. A do centro conduz à sala de estar, as duas à direita servem a sala de jantar e as da esquerda abrem-se para a capela e a sala de televisão.

O acesso entre os ambientes se dá por meio de portas de uma folha enrelhada (f33). As janelas têm guilhotina com caixilhos de vidro na parte externa e folhas de madeira enrelhada abrindo para o interior (f34 e f35), exceto o banheiro onde foi instalado um basculante.



23



24



25



26



27



28



29



30



31



32



33



34

Em ambas as extremidades da casa, existe uma porta lacrada, a existente na sala de TV liga-se ao terço inicial do bloco, e a da sala íntima leva ao exterior, mais precisamente a uma primitiva passagem para ambos os lados do bloco.

O *hall* entre a cozinha e o banheiro leva ao pátio de fundos, onde se visualiza a calçada de pedra e as instalações sanitárias (f36). Nota-se o acréscimo feito em alvenaria de tijolo e com piso cimentado em xadrez, para abrigar uma cozinha e um banheiro que atendiam as necessidades de um programa multifamiliar empreendido na fazenda certa época (f37).

A sala de estar, a capela (f38), a sala de TV, bem como os quartos deste setor, mantiveram o piso original de pranchões de madeira em junta cega (f39), no restante da casa ele foi substituído por outro de tábuas de madeira sem muito acabamento (f40).



35



36



37



38



39



40

Apenas a varanda, a cozinha e o banheiro foram revestidos com piso cerâmico (f41). O forro de madeira saia e camisa está presente em quase todos os ambientes, em alguns casos, com interessante e incomum fatura (f42 à f44). As instalações elétricas ficam externas à alvenaria. Parte da cobertura em telhas de capa e bica foi substituída por modelos em fibrocimento apoiadas, entretanto, sobre a trama original. Contíguo ao limite da casa, o bloco longitudinal abriga um curral de ordenha leiteira. Este terço final ainda guarda os portais de esquadrias sem as suas folhas de vedação. Não foi possível identificar seu uso primitivo, e sua varanda ocupa toda a extensão e o alinhamento do conjunto. Os pilares de tijolos indicam serem parte da configuração original da edificação (f45).



41



42



43



44



45

O bloco apresenta graus diferenciados de conservação. Na parte da frente ele acumula abalos, algumas paredes de vedação estão ruindo e a cobertura apresenta telhas corridas (f46). As esquadrias estão comprometidas e as mais prejudicadas perderam as guilhotinas e as folhas de fechamento (f47).

A parte da residência não aparenta danos estruturais que possam comprometer sua integridade, talvez pelo fato de ter passado por reformas para se adaptar ao novo uso. Notam-se algumas trincas preenchidas com argamassa de cimento (f48). Parte do piso original foi recuperado e as peças degradadas foram substituídas por outras mais brutas.

Apesar de descaracterizar o conjunto, a cobertura com telha de fibrocimento estancou as goteiras que penetravam no ambiente e degradavam os forros e paredes por meio da umidade descendente (f49). As esquadrias frontais e internas estão em bom estado (f50), as de fundo – voltadas para a área brejosa – necessitam de reparos (f51). O trecho final (curral) encontra-se no mesmo estado de conservação da parte próxima a entrada, tendo sido, também, instaladas algumas telhas de fibrocimento na cobertura.

A ruína que provavelmente abrigou a casa-sede original tem os topos das paredes cobertos por plantas. Suas raízes penetram na sua estrutura e podem vir a comprometer a alvenaria de pedra (f52).

Não foi possível entrar na casa de colonos, porém esta mantém a mesma técnica e materiais aplicados no restante da fazenda (f53).



46



47



48



49



50



51

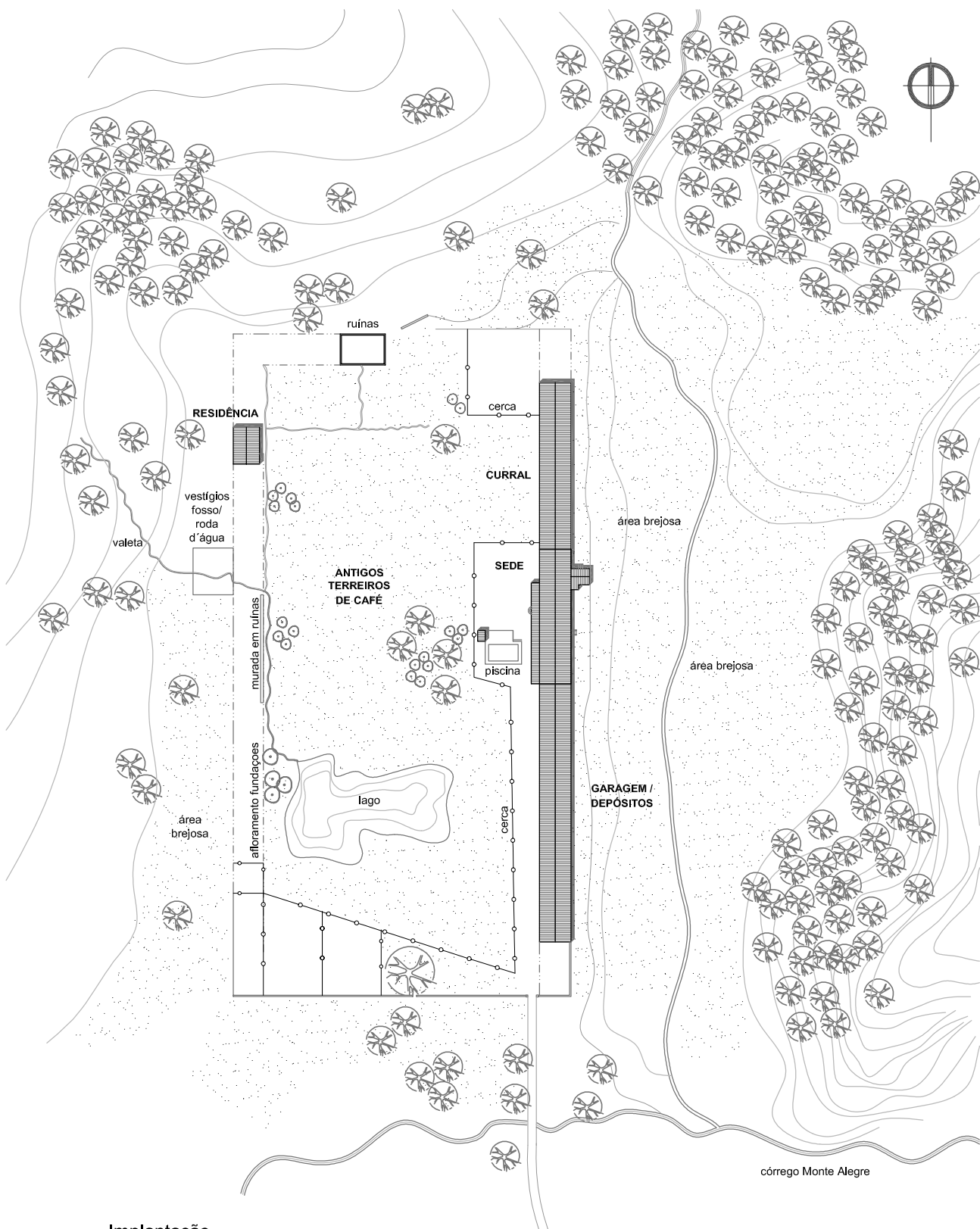


52



53

FAZENDA MONTE ALEGRE

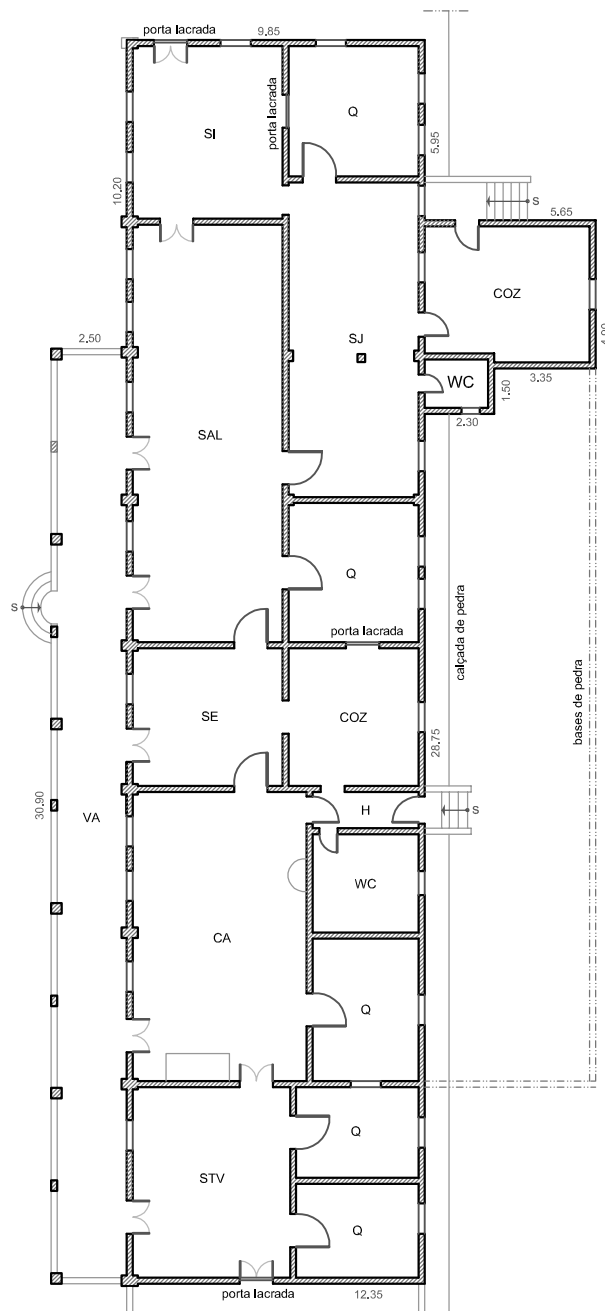


1 Implantação

escala: 1/1750



FAZENDA MONTE AEGRE



1 Planta Baixa da Sede
escala: 1/250



CA - capela	H - hall	Q - quarto	SE - sala de estar	SJ - sala de jantar	VA - varanda
COZ - cozinha	COZ - cozinha	SAL - salão	SI - sala íntima	STV - sala de tv	WC - banheiro

	alvenaria existente
	alvenaria demolida

A Fazenda Monte Alegre foi fundada em meados do século XIX por João Darrigue de Faro – o visconde do Rio Bonito – uma das personalidades mais importantes da região durante o ciclo do café.

Embora conste João Pereira Darrigue de Faro como primeiro proprietário da sesmaria que deu origem a esta fazenda, foi provavelmente seu pai, Joaquim Pereira de Faro – o primeiro barão do Rio Bonito – o requerente de tais terras. Tal constatação se faz em função de que, em 1816, quando apareceu pela primeira vez o nome de João como senhor da sesmaria, o próprio possuía apenas treze anos de idade. Sua sesmaria media meia légua em quadra, ou seja, 225 alqueires geométricos de terras¹, resultado de um desmembramento das terras da grandiosa Fazenda Real de Santa Cruz, confiscada dos jesuítas pela Coroa Portuguesa no século XVIII.

Pelo que observamos na trajetória da vida pública de João Darrigue Pereira de Faro, concluímos que o seu pai não o preparou para ser um homem que deveria lidar exclusivamente com a terra, como ocorreu com a maioria dos fazendeiros pioneiros do Vale. Dedicou-se principalmente à política nacional, onde alcançou grande projeção, chegando a presidente da Província do Rio de Janeiro, em 1854. Neste caso, João aproveitou o espaço alcançado pelo pai, também de grande prestígio na Corte de D. Pedro I, cujo grosso da fortuna originou-se no comércio de tráfico de africanos escravizados para o Brasil. Foi sem dúvida nenhuma, um dos políticos com ligações no Vale do Paraíba que mais trabalhou em prol de seu desenvolvimento (IÓRIO, 2007p.43).

A Fazenda Monte Alegre foi provavelmente construída em meados do século XIX, dado confirmado através das inscrições ainda existentes nas fachadas da sede da fazenda, uma de “30 de dezembro de 1851”, e uma segunda feita em uma das vigas de madeira que fazem a sustentação de uma das edificações, onde lê-se: “Por ordem do Exmo. Snr. Viador P. D. Faro - 1853” (IÓRIO, 2007p.120).

A conclusão da edificação da unidade de produção da Fazenda Monte Alegre se deu em um momento de grande expansão dos negócios ligados à lavoura cafeeira. O seu rápido desenvolvimento foi proporcionado pela boa localização, situada no “coração” do vale, e pela construção da Estrada Presidente Pedreira, importante via de acesso entre a Corte e o Vale do Paraíba, e que atravessava grande parte das terras da família Faro. Como não poderia deixar de ser, um dos grandes incentivadores da construção desta importante estrada foi o próprio visconde do Rio Bonito, que, nesta época, era também senhor da vizinha Fazenda Sant’Anna do Parahyba, que havia herdado de sua mãe. Sobre a participação de Rio Bonito na construção da Presidente Pedreira, temos o depoimento de S.A. Sisson:

“(…) A primeira estrada importante da província do Rio, de traçado regular, pela qual, puderam transpor a serra, grandes carros para condução de gêneros e passageiros, foi empreendida de acordo com o concurso de João de Faro, que lhe deu o maior impulso. Falo da Estrada Presidente Pedreira, que honra ao Presidente que a aprovou, e aos fazendeiros (entre os quais, José Clemente, João de Faro, Ezequiel Padilha, Camilo de Faro e outros), que a dirigiram e a levaram a efeito.” (IÓRIO, 2007p.45).

O “sonho” da estrada de ferro começou a se tornar realidade em meados do século XIX. O projeto incluía o Vale do Paraíba no percurso, e, no meio deste, a estrada deveria bifurcar para Minas e São Paulo. A escolha para o lugar mais conveniente fez surgir uma disputa entre os interesses dos grandes cafeicultores no coração do Vale. De um lado, os fazendeiros valencianos, representados pelo visconde do Rio Bonito, e pelo outro, os fazendeiros vassourenses, representados pelos irmãos Teixeira Leite. Graças ao prestígio de Rio Bonito e sua participação direta na comissão criada em 1855, pelo imperador D. Pedro II para organizar a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, foi decidido que a bifurcação seria em Barra do Piraí. Quando os trilhos alcançaram Barra do Piraí, em 1864, o visconde do Rio Bonito já havia falecido há quase sete anos. Seu sobrinho, José Pereira Faro, casado com sua única filha, Francisca Romana Darrigue de Faro, estava à frente da administração de grande parte das fazendas, deixadas em herança. O fácil escoamento da produção de café através da estrada de ferro, aliado a visão empreendedora de José Pereira de Faro, colocou as fazendas Sant’Anna do Parahyba, Aliança e Monte Alegre, além de outras pequenas propriedades anexas, entre as mais desenvolvidas do Vale do Paraíba.

Homem culto, de ideias liberais, José Pereira de Faro estudou na Europa e, com apenas 20 anos, foi administrar a Fazenda Floresta, deixada pelo pai (incluída neste inventário). Desde então, ocupou-se da vida rural, voltando-se para os interesses do desenvolvimento da localidade de Barra do Piraí. Sempre preocupou-se em produzir o melhor café para exportação, o que se confirmou na Exposição Nacional realizada em 1861, quando recebeu a medalha de ouro e a menção honrosa (ALEGRIO, 2008, p.30-1).

Na exposição internacional de Londres, realizada em 1862, foi premiado com a medalha de primeira classe, além de receber diversas menções honrosas. Por esse feito foi agraciado com a Ordem da Rosa pelo imperador D. Pedro II. Em outras exposições, como a de Hamburgo, Altona e Córdoba, também obteve os primeiros lugares na confrontação de seus produtos com os de outros países, como publicado no artigo *A Vida Fluminense*, da *Folha Ilustrada*, 1871. Em 1873, auge da sua projeção social, foi agraciado com o título de 3º Barão do Rio Bonito.

Como progressista que era, defendia a imigração dos estrangeiros e a instalação de um engenho central para fabricação de açúcar e álcool em Barra do Piraí, que, ainda hoje, guarda como lembrança sua imensa chaminé.

Desde a morte dos primeiros barões do Rio Bonito (o barão falecido em 1843, e a baronesa em 1854), quando João Pereira Darrigue de Faro herdou a Fazenda Sant’Anna do Parahyba, Monte Alegre passou a posição de

fazenda principal para fazenda “satélite”. A posição inferior que passou a ocupar não foi empecilho para que o terceiro barão do Rio Bonito continuasse os investimentos necessários para sua ampliação e modernização. Um interessante documento referente a uma hipoteca² feita em 1881 pelo terceiro barão do rio Bonito ao Banco do Brasil, onde são relacionados todos os bens para garantia do empréstimo, a Fazenda Monte Alegre é descrita minuciosamente. Em relação ao numero de edificações existentes, colhemos no referido documento as seguintes informações: um terreiro para secar café de dezesseis mil, novecentos e trinta e seis metros quadrados, sendo nove mil e setecentos metros quadrados calçados de pedra e cal; as casas seguintes: uma construção para depósitos de madeira e paiol de milho; uma para dormitórios; uma para armazém de aguardente e açúcar; uma onde ficava o engenho e cana com moendas de ferro movidos por um roda d’água, um alambique, quatro taxas de cobre e mais acessórios para a fabricação de açúcar e aguardente, moinho para fubá, paiol para bagaço e, ao lado, três grandes cevas de pedras para porcos; um sobrado que servia para residência de empregados; uma outra construção sem sobrado que servia para tulha de café; um sobrado para tulhas para cereais; mais uma tulhas de café; uma casa para cozinhas.

Todas estas construções acima descritas possuíam varanda na frente e calçada em toda a extensão. Além destas, havia ainda outras construções, tais como a tenda para ferreiro e carpintaria; tulhas para café; sobrado servindo para abrigar o lavador de café, despoldadores, tanques para separações, galga para azeite, tudo movido por um roda d’água; outra sem sobrado contendo engenhos – velhos e mutilados para café, movido por uma roda d’água; um sobrado no qual estavam assentados os maquinismos completos com os melhoramentos conhecidos para o preparo do café, sendo um engenho de pilões, dois elevadores, um descascador, dois ventiladores, um brunidor, tudo movido por uma roda d’água; uma outra construção com varanda na frente, servindo de dormitórios, despensa e arrecadação; uma casa de vivenda com vinte e dois metros de frente sobre nove de fundos, com mobília ordinária; uma casa servindo de uma parte para tulhas para café e outra para hospital com botica, cozinha e mais acessórios para tratamento dos doentes; uma construção que servia para arrecadação e casa de tropas. Fora do quadrado do terreiro fechado pelas edificações mencionadas, existiam mais as seguintes: uma casa assobradada contendo um moinho para fubá, um engenho de pilões para arroz e canjica; uma casa assobradada contendo um moinho de fubá, engenho para sevar mandioca, roda para sevar mandioca, sendo todas estas maquinas movidas por duas rodas d’águas; ranchos para abrigar carroças, estrebarias e currais para criações, açude, encanamentos d’água, hortas cercadas e pastos gramados. Nesta época, eram cultivados na fazenda um milhão de pés de café. O total de escravos, ou seja, incluindo os das outras fazendas, somava 800 indivíduos.

Em 1881, Rio Bonito hipotecou todos os seus bens ao Banco do Brasil. Três anos mais tarde, a abolição da escravatura o deixou em sérias dificuldades econômicas e, pouco depois, seus bens foram sendo executados pelos credores.

Em 1893, já na República, a Fazenda Monte Alegre e mais as fazendas vizinhas de Sant’Anna do Parahyba, São Pedro e Alliança foram adquiridas ao comendador França Júnior e, posteriormente passada aos seus herdeiros. Atualmente, a propriedade pertence às famílias Gallucci e Rodrigues (ALEGRIO, 2008, p.32).

¹ Mapa topográfico de 1814, que se encontra anexo à sesmaria pertencente ao cel. Joaquim Jose Pereira de Faro e seu filho Joaquim José Pereira de Faro, Luiz Pereira Ferreira de Faro e João Pereira Darrigue de Faro e Tereza Maria de Jesus, viúva de Manoel da Costa Santos. João Luis da Silva, arquivista classe I. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, em 5 de Abril de 1939. Aristide Leal Pacheco Rosa , arquivista.

²Escritura de reconhecimento de dívida a juros com obrigação de hipoteca em que ao Banco do Brasil fazem o barão do Rio Bonito e sua mulher a baronesa do mesmo titulo. Em 4-06-1881. Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 373, Fls 73 a 85 . Microfilme 031.46-79, Arquivo Nacional – Rio Janeiro.